# ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FI	N) RAFAE	L TEIXEIRA	DE F	-REITAS	E SILVA
--------	----------	------------	------	---------	---------

# A RESPOSTA DA NIGÉRIA À INSURGÊNCIA DO BOKO HARAM: uma análise comparativa com a estratégia de contrainsurgência de David Galula

Rio de Janeiro

# CC (FN) RAFAEL TEIXEIRA DE FREITAS E SILVA

# A RESPOSTA DA NIGÉRIA À INSURGÊNCIA DO BOKO HARAM:

uma análise comparativa com a estratégia de contrainsurgência de David Galula

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandro de Araujo Baptista

Rio de Janeiro Escola de Guerra Naval 2022

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, a Deus por permitir-me viver mais um ano com saúde e força para esta longa e desafiadora jornada.

À minha esposa Renata Cunha Cavalcanti e Silva, pelo amor, compreensão, apoio e companheirismo nos momentos em que este trabalho foi priorizado.

Às minhas filhas Julia e Alice por suportarem as minhas ausências e pelos sorrisos e abraços amorosos que sempre me motivam a ir em frente.

Aos meus pais André Luiz Soares e Silva (*in memorian*) e Heloisa Teixeira de Freitas e Silva, pelo amor com que me conceberam e educaram, pelas inúmeras horas que velaram meu sono e pelo total incentivo a minha carreira.

Ao meu orientador, CF(FN) Alexandro de Araujo Baptista, meus sinceros agradecimentos pelos valiosos ensinamentos transmitidos, sempre de maneira amigável e cortês. Saiba que suas precisas orientações e, principalmente, seu exemplo de entusiasmo e profissionalismo foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Aos amigos da Turma Almirante Luiz Leal Ferreira e demais amigos, que de alguma forma participaram na elaboração deste trabalho, manifesto também meus sinceros agradecimentos. É uma honra percorrer essa singradura ao lado de todos vocês.

#### **RESUMO**

Durante o Natal de 2003, a Nigéria registrou a primeira onda de violência deflagrada pelo movimento Boko Haram, até então considerado apenas um grupo de pregação religiosa. Em resposta, o Estado nigeriano, entre 2004 e 2011, empregou destacamentos das forças armadas contra os insurgentes. O grupo, apesar disso, desferiu ações ainda mais violentas. A partir de meados de 2011, no entanto, a Nigéria agiu de forma mais assertiva, ao deliberar medidas de estado de exceção e ao empregar outras expressões de poder, além da militar. A insurgência, por sua vez, além de não mitigar o emprego de violência, passou a praticar o terrorismo como estratégia. A partir de 2014, o Estado nigeriano decidiu realizar abordagem mais abrangente, com ênfase na população, em busca de solução para as causas desse grupo extremista. O propósito da pesquisa, portanto, é analisar se a resposta do governo nigeriano contra a insurgência do Boko Haram, entre 2004 e 2017, obteve aderência à estratégia dos oito passos, que deverão ser conduzidos pelo Estado contrainsurgente, devidamente definidos no sétimo capítulo da obra Counterinsurgency Warfare de David Galula. Estabeleceu-se, em nome desse propósito, o confronto da teoria versus a realidade. Por meio desse recorte teórico, afinal, foi possível constatar que as ações do Estado nigeriano durante esse período não estabeleceram correlação com a teoria desenvolvida por David Galula. Identificou-se essa inadequação, notadamente no que diz respeito aos passos do contrainsurgente, que, por sua vez, deveriam priorizar o apoio da população e em ações destinadas à realização de eleições para a escolha de novos líderes que contribuiriam para a luta contra o braço não armado da insurgência. Porém, em relação aos três passos que previam o emprego essencialmente militar, a teoria aderiu plenamente à realidade. O estudo, por fim, sugere que a Marinha do Brasil (MB) incentive os militares a debaterem o tema e aprofundarem estudos, inclusive com a participação de instituições vinculadas a outros ministérios a fim de aperfeiçoar resposta multidisciplinar e abrangente a uma possível guerra contra um insurgente.

Palavras-chave: Nigéria. Boko Haram. Contrainsurgência. Insurgência. David Galula.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Território ocupado pela etnia Fulani	53
Figura 2 – Califado de Sokoto	53
Figura 3 – Estados de Yobe, Borno e Adamawa	54
Figura 4 – Áreas na Nigéria onde o Boko Haram era mais ativo	55
Figura 5 – Situação do Boko Haram em 23 de maio de 2013	56
Figura 6 – Força Militar no estado de Borno a partir de 2015	57
Quadro 1 – Aderência dos aspectos do conflito na Nigéria à estratégia de David Galula	45

# LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI – Artefatos Explosivos Improvisados

CJTF – Civilian Joint Task Force

EUA – Estados Unidos da América

FM – Field Manual

GDP – Gross Domestic Product

JTF ORO – Joint Task Force Operation Restore Order

MB – Marinha do Brasil

MNJTF - Multi-National Joint Task Force

MSTs – Army's Mobile Strike Teams

NSRP – Nigeria Stability and Reconciliation Programme

ONSA – Office of the National Security Adviser

PIB – Produto Interno Bruto

# **SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA CONFORME DAVID GALULA	9
2.1	QUEM FOI DAVID GALULA	9
2.2	O QUE É UMA INSURGÊNCIA	
2.3	A POPULAÇÃO E A IDEOLOGIA	
2.4	A CONTRAINSURGÊNCIA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA QUENTE	
2.5	OS OITO PASSOS DA ESTRATÉGIA DE CONTRAINSURGÊNCIA	14
2.5.1	1º Passo: Concentrar forças armadas suficientes para destruir ou expulsar	
	o corpo principal dos insurgentes armados	14
2.5.2	2º Passo: Deslocar tropas suficientes para a região a fim de se opor ao	
	retorno do insurgente	15
2.5.3	3º Passo: Estabelecer contato com a população e controlar seus	
2 - 4	movimentos para cortar vínculos com a guerrilha	
2.5.4	4º Passo: Destruir as organizações políticas insurgentes locais	1/
2.5.5	5º Passo: Constituir, mediante eleições, novas autarquias locais	10
256	provisórias	18
2.5.6	6º Passo: Testar as autoridades atribuindo-lhes tarefas e organizar unidades de autodefesa	10
2.5.7	unidades de dutodejesa 7º Passo: Agrupar e educar líderes em um movimento político nacional	
2.5.7	8º Passo: Conquistar ou suprimir os últimos remanescentes insurgentes	
2.3.0	8- Fusso. Conquistar ou suprimir os ultimos remanescentes insurgentes	20
3	A INSURGÊNCIA DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA	22
3.1	O SURGIMENTO DO BOKO HARAM	
3.2	2009, O PONTO DE INFLEXÃO	
3.3	O ESTABELECIMENTO DA JOINT TASK FORCE	
3.4	OS ESTADOS DE EMERGÊNCIA	
3.5	ABORDAGEM HOLÍSTICA	36
4	COMPARAÇÃO	40
4.1	A IDENTIFICAÇÃO DOS DOIS PRIMEIROS PASSOS	
4.2	A IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRO PASSO	
4.3	A IDENTIFICAÇÃO DO QUARTO PASSO	42
4.4	A IDENTIFICAÇÃO DO SEXTO PASSO	42
4.5	A IDENTIFICAÇÃO DO OITAVO PASSO	42
4.6	OS PASSOS NÃO IDENTIFICADOS	44
4.7	QUADRO-RESUMO DA ADERÊNCIA ENTRE AS AÇÕES DA NIGÉRIA E A	
	TEORIA DE GALULA	44
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXOS	<b>E</b> 3

# 1 INTRODUÇÃO

Ausência do Estado, privação econômica, desemprego elevado, corrupção endêmica, má governança, atraso educacional, desigualdade social, violência, impunidade, eleições suspeitas, diferenças étnicas e extremismo religioso. Esses foram os principais fatores para que a Nigéria se tornasse terreno fértil para o surgimento, no início do século XXI, do Boko Haram, um grupo insurgente, que evoluiu de um simples movimento de pregação para uma organização jihadista, que cultua o extremismo e pratica o terrorismo.

Desde a primeira onda de violência do Boko Haram, em 2003, a Nigéria, em resposta, empregou as Forças Armadas no combate contra a insurgência. Essas ações, no entanto, em vez de conter o movimento, provocaram reações de maior intensidade. Posteriormente, o Estado nigeriano alterou o seu modo de combater o Boko Haram, alcançando uma maior efetividade em suas ações e enfraquecendo o grupo extremista.

Os Estados Unidos da América (EUA), nos três primeiros anos da Guerra do Iraque (2003 - 2011), sofriam dificuldades semelhantes na luta contra a insurgência iraquiana. Assim sendo, em 2006, reformulou sua doutrina de contrainsurgência, utilizando como base a teoria de David Galula (1919-1967), um Coronel francês, que já havia combatido uma insurgência em um país africano na década de 1950.

O conflito nigeriano, portanto, iniciou-se no mesmo ano da ocupação norteamericana no Iraque e a Nigéria sofreu as mesmas dificuldades iniciais no combate à insurgência, alterando, posteriormente, a forma de combater. Dessa forma, foi levantado o seguinte questionamento: As ações do Estado nigeriano, como contrainsurgente tiveram compatibilidade com o modelo teórico de David Galula? O propósito desta pesquisa é responder ao questionamento, comparando os oito passos da estratégia de contrainsurgência de David Galula com as ações contrainsurgentes executadas pela Nigéria, durante a luta contra o Boko Haram.

De forma a delimitar a abordagem, o recorte temporal da pesquisa inicia-se em 2004, ano em que o contrainsurgente iniciou reação contra a insurgência, e termina em 2017, quando a Nigéria atingiu o ápice no emprego de ações militares e de estratégias assistencialistas. Priorizou-se, no entanto, sob a perspectiva geográfica, os estados de Borno, Yobe e Adamawa, por serem aqueles que mais sofreram influência do Boko Haram.

O estudo, por sua vez, foi estruturado em cinco capítulos. Após esta introdução, no segundo capítulo, apresenta-se quem foi Galula, os aspectos principais de sua teoria e quais são os oito passos de sua estratégia de contrainsurgência.

No terceiro capítulo, revela-se como aconteceu a organização do Boko Haram e como se deu o avanço do emprego de extrema violência pelo grupo. Discorre-se, também, sobre a resposta do Estado nigeriano contra o movimento.

No quarto capítulo, procuram-se aspectos coincidentes e contrastantes entre o modelo teórico de Galula e a realidade destacada, com o objetivo de responder à questão proposta nesta pesquisa.

Para finalizar, no quinto capítulo, apresenta-se a conclusão, seguida de recomendações de linhas de pesquisa relacionadas ao tema que não são analisadas neste trabalho. Aborda-se, por fim, a relevância do assunto e as correlações do estudo para a Marinha do Brasil.

Isso posto, apresenta-se a seguir, um estudo do modelo teórico de David Galula, considerado por muitos autores, um dos maiores influenciadores da doutrina de contrainsurgência

# 2 A TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA CONFORME DAVID GALULA

Trata-se, neste capítulo, da teoria de David Galula sobre a guerra de contrainsurgência. O tema, para isso, foi dividido em seis subitens: no primeiro, apresenta-se quem foi Galula; no segundo, define-se o que é insurgência sob a perspectiva do referido teórico; no terceiro, trata-se de aspectos sobre população e ideologia; no quarto, discorre-se acerca da **Guerra Revolucionária Quente**; e, por fim, no quinto, apresenta-se a estratégia dos oito passos de combate a insurgências, de acordo com o modelo teórico selecionado.

Porch (2014) afirma que, em 2006, após a ocupação fracassada dos EUA no Iraque, os militares estadunidenses reavivaram a doutrina da contrainsurgência de Galula e utilizaram seus dois livros sobre o tema como base para elaborar o manual de contrainsurgência – *Field Manual*<sup>1</sup> (FM) 3-24, publicado em 2006.

A teoria de Galula destaca aspectos como a importância da defesa da população e das operações de informação, a exigência de tratar as motivações mais profundas da insurgência, os benefícios da utilização de militares em funções civis de governança e em atividades policiais (MARLOWE, 2010).

#### 2.1 QUEM FOI DAVID GALULA

Antes de discorrer sobre o modelo teórico selecionado, apresenta-se neste subitem um breve histórico sobre a vida acadêmica e profissional de David Galula.

David Galula se formou na Escola Militar de St. Cyr, onde priorizou estudos sobre a guerra colonial francesa. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participou dos combates até a tomada de Paris pela Alemanha em 1940, quando foi designado para servir

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Manual de Campanha (tradução nossa).

como espião no norte da África. Em 1945, viajou à China, experiência que se tornou decisiva para desenvolver estudos sobre a guerra revolucionária de Mao Tsé-Tung. David Galula, entretanto, foi capturado, em 1947, por comunistas chineses. Admitiu, no entanto, ter ficado impressionado com a ênfase da revolução em doutrinar, obter aprovação e conquistar a simpatia do povo local e, inclusive, dos próprios presos (MARLOWE, 2010).

Em 1948, Galula trabalhou como observador na Comissão Especial das Nações Unidas para os Balcãs, onde testemunhou os princípios maoístas usados fora da China. Essa nova doutrina de guerra de guerrilha e o sucesso dela em expulsar nacionalistas chineses, em 1949, demonstraram haver novidades no cenário mundial. Essas evidências despertaram a atenção de Galula e o motivaram a ampliar as pesquisas (MARLOWE, 2010).

Galula também estudou de perto a Guerra da Indochina (1946-1954). Essa experiência o favoreceu a participar, por três anos, na Guerra na Argélia (1954-1962). Na ocasião, comandou uma companhia e pode experimentar ideias de operações contra insurgências centradas na população e não no inimigo (MARLOWE, 2010).

Um francês, esquecido há mais de quatro décadas, portanto, foi redescoberto no século XXI, nos EUA, por aliar conhecimento teórico à aplicação prática e, notadamente, em razão de que o método de contrainsurgência desenvolvido por ele ter apresentado características atemporais. Dessa forma, a seguir, será definido o conceito de insurgência

## 2.2 O QUE É UMA INSURGÊNCIA

Apresenta-se, neste subitem, segundo os preceitos de Galula, os conceitos fundamentais de insurgência, as assimetrias e diferenças entre o insurgente e o contrainsurgente, de que maneira acontece o início do movimento, o porquê de o Estado ter dificuldade em detectá-lo de forma preventiva e quando é possível identificá-lo.

Galula (1964) definiu Guerra Revolucionária como um conflito principalmente interno, resultado da ação de um insurgente que visa tomar o poder ou se separar do país, e da reação do contrainsurgente para manter o poder. Afirma, ainda, que, enquanto na guerra convencional, qualquer um dos lados pode iniciar o conflito, na guerra revolucionária, o contrainsurgente só entra em ação após a atuação do insurgente.

Galula (1964) distinguiu três formas de tomar o poder pela força, uma delas é por meio de insurgência. Trata-se de luta prolongada conduzida metodicamente e de desenvolvimento lento, que se concebe muito antes de recorrer ao uso da força a fim de atingir objetivos intermediários específicos que levam, finalmente, à derrubada da ordem existente, conforme ocorreu na China, entre 1927 e 1949, e na Argélia, de 1954 a 1962.

A entender que a insurgência não é algo repentino como na revolução, discorrese, a seguir, sobre assimetrias e diferenças entre o insurgente e o contrainsurgente que vão colaborar para a compreensão sobre as formas de emprego dele.

A assimetria é intrínseca à guerra de insurgência em razão de desproporção de forças oponentes desde o início do conflito. Uma vez que o insurgente por si só pode iniciá-lo, a iniciativa estratégica é dele, pois a ele cabe escolher o momento e o lugar que empregará a força, podendo aguardar situação favorável (GALULA, 1964).

Até o momento em que o insurgente subverte a ordem ou emprega violência, ele não representa nada além de ameaça incerta ao contrainsurgente. Não se constitui, portanto, em alvo concreto que justifique grandes esforços. Em países onde a oposição política é tolerada, no entanto, a insurgência pode desenvolver-se por meios legais e pacíficos, dificultando ações preventivas (GALULA, 1964).

Infere-se, em consequência de a insurgência constituir-se processo lento que se inicia muito antes de conflitos armados, que seria desejável identificar e intervir no

movimento insurgente em seus primórdios. Entretanto, não é uma tarefa fácil detectar que aquela insatisfação de parte de uma população, um dia se tornará uma insurgência. De igual maneira, também há uma dificuldade do Estado em enfrentar a ideologia de um possível movimento insurgente, pois envolve altos gastos, que por vezes, não são a prioridade de alocação de recursos. A população e a ideologia, portanto, serão destaques do estudo a seguir.

# 2.3 A POPULAÇÃO E A IDEOLOGIA

Discorre-se, neste subitem, sobre a relevância da população como objetivo principal tanto da insurgência, quanto da contrainsurgência, como ambas buscam apoio dela e qual seria a importância da ideologia, segundo a perspectiva de David Galula.

O insurgente possui fraqueza congênita e evita reunir todas as forças para atacar o contrainsurgente de maneira convencional. Essa inferioridade o obriga a levar o embate para outro cenário, onde ele percebe existir interesse melhor: a população. Se o insurgente obtiver sucesso em dissociá-la do contrainsurgente, a controlará fisicamente, conquistará apoio e vencerá a guerra (GALULA, 1964).

Galula (1964) afirma que o insurgente deve apresentar causa factível e fundamentada para atrair apoiadores. Trata-se, inicialmente, do único ativo, e, por isso, deve ser contundente a fim de que supere inferioridades. À medida que a guerra avança, o conflito em si torna-se primordial. A causa original, no entanto, perde importância.

Os Estados que se percebem confrontados por uma ideologia insurgente irrefutável estão propensos à derrota. Observa-se, entretanto, que a atitude da população é ditada principalmente por preocupações com a segurança, mais do que por índices de popularidade e méritos de beligerantes. Quem oferecer melhor proteção e apresentar maior chance de vencer será aquele com maior expectativa de obter apoio (GALULA, 1964).

Quando o insurgente adquirir força significativa, o conflito pode escalar para uma guerra convencional. Entretanto, essa atitude seria improvável, pois facilitaria as ações do contrainsurgente (GALULA, 1964).

Como agir, então, quando os métodos utilizados na guerra convencional não funcionam? O contrainsurgente deve considerar método e características da guerra revolucionária e as leis que lhe são peculiares. Deverá, pois, empregar método próprio: o da contrainsurgência (GALULA, 1964).

As forças armadas, de modo geral, são treinadas e possuem meios para emprego em guerras convencionais que visam primordialmente a conquista de terreno e destruição do inimigo. Galula, entretanto, questiona esse paradigma ao propor um novo tipo de objetivo – a população – que será alvo de ações de ambos os lados do conflito.

Para que o Estado intervenha contra um movimento insurgente, deverá, primeiramente, detectá-lo. A seguir, no entanto, observa-se a dificuldade de o Estado identificar os primórdios de insurgências.

# 2.4 A CONTRAINSURGÊNCIA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA QUENTE

Após a detecção de uma insurgência, o Estado tem a oportunidade de intervir. Entretanto, as ferramentas de intervenção são diferentes conforme a fase em que se encontra o grupo. Apresenta-se neste subitem, pois, as características desses períodos distintos.

De acordo com Galula (1964), a guerra revolucionária pode ser dividida em dois períodos: o da **Guerra Revolucionária Fria**, quando o insurgente executa atividades em geral legais e não violentas, e o da **Guerra Revolucionária Quente**, quando executa atividades ilegais e violentas, situações em que as forças armadas são instadas a intervir.

O sucesso da intervenção, por sua vez, exige atividade de inteligência para que o insurgente seja localizado, porém, a população somente contribuirá ao perceber-se segura, e somente se sentirá em segurança quando o poder do insurgente for superado (GALULA, 1964).

Galula identificou, diante desse novo dilema militar, a necessidade de criar um método, assim como ocorre em outras doutrinas, capaz de enunciar princípios ou leis, que orientassem a elaboração do último capítulo de sua obra *Counterinsurgency Warfare*. Nela, o autor descreve os oito passos que deverão ser implementados pelo contrainsurgente para aplacar a insurgência em determinada região, tema em destaque no próximo subitem.

# 2.5 OS OITO PASSOS DA ESTRATÉGIA DE CONTRAINSURGÊNCIA

Galula (1964) elaborou esses passos ao considerar a pior hipótese, quando o Estado deseja suprimir insurgência em região em que o insurgente controla integralmente a população. A ordem em que devem ser executados, portanto, preferencialmente, não deve ser alterada, a fim de que a operação possa ser bem-sucedida.

2.5.1 1º Passo: Concentrar forças armadas suficientes para destruir ou expulsar o corpo principal dos insurgentes armados

As unidades móveis<sup>2</sup>, juntamente com aquela que guarnecerá futuramente a segurança na região – a unidade estática<sup>3</sup> – são posicionadas no entorno da área, isolando os guerrilheiros de apoio externo. Realiza-se, em seguida, a primeira operação de varredura, visando destruir, capturar ou expulsar os insurgentes. As forças estáticas, depois, recebem os

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Unidades com alta mobilidade que combate a insurgência de forma convencional (GALULA, 1964).

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Unidades que mantém a população protegida e apoia os esforços políticos do contrainsurgente (GALULA, 1964).

setores de responsabilidade, e as unidades móveis realizam a segunda varredura em busca de guerrilheiros remanescentes (GALULA, 1964).

O objetivo desse passo é alcançado quando as unidades estáticas destacadas para guarnecer a área podem ser implantadas com segurança. Algumas forças móveis do contrainsurgente deverão permanecer na região até que as unidades estáticas consigam se estabelecer, realizar controle suficiente da população, combater guerrilheiros dispersos e evitar o reagrupamento deles (GALULA, 1964).

Na análise, mais adiante, para verificar a aderência ao primeiro passo da estratégia de Galula, serão identificadas entre as ações do Estado nigeriano, aquelas em que houve emprego contundente de forças estatais contra insurgentes armados, seguido de distribuição de setores de responsabilidade que permitiu o estabelecimento de unidades estáticas.

2.5.2 2º Passo: Deslocar tropas suficientes para a região a fim de se opor ao retorno do insurgente

Enquanto as células políticas insurgentes ainda estiverem atuantes e recrutando integrantes, é improvável destruir completamente os guerrilheiros no passo anterior. É necessário, portanto, implantar unidades estáticas em setores de responsabilidade a fim de realizar ações que contribuam para obtenção da cooperação ativa, e, assim, diminuir o poder do insurgente sobre a população local (GALULA, 1964).

Galula (1964) afirma que forças estatais devem dedicar atenção principal à população. As unidades estáticas, por sua vez, permanecerão em ação em operações de menor proporção a fim de rastrear a presença de guerrilheiros remanescentes. O objetivo é impedir que eles obtenham acesso à população e viabilizar que ações principais de obtenção de apoio pelo contrainsurgente sejam bem-sucedidas (GALULA, 1964).

O intuito principal das unidades estáticas é estabelecer segurança suficiente que permita ações cívicas da tropa em locais em que o poder civil não é capaz de executar. A região, pois, será dividida e cada unidade tática, seja um pelotão, uma companhia ou um batalhão, assumirá o controle. Para que isso se torne eficaz, é importante que o comandante dessa unidade tenha contato direto com a população (GALULA, 1964).

Quando da análise, a fim de identificar aderência ao segundo passo da estratégia de Galula, serão consideradas as ações nas quais ocorreu a distribuição de unidades por diversas áreas que contribuíram para estreitar o contato com a população.

2.5.3 3º Passo: Estabelecer contato com a população e controlar seus movimentos para cortar vínculos com a guerrilha

Galula (1964), por sua vez, especificou três propósitos principais que deverão ser alcançados: restabelecer a autoridade do contrainsurgente sobre a população; isolá-la do insurgente por meios físicos; e reunir dados necessários de inteligência.

Para conquistar o primeiro passo é preciso influenciar a população, para que, espontaneamente, ela comece a cooperar com o contrainsurgente, em vez de fornecer informação por medo de represálias. O segundo se propõe realizar o controle da população, seja por meio de um censo integral, toques de recolher e regras à circulação de pessoas, com a finalidade de cortar ou pelo menos mitigar o contato entre a população e o insurgente (GALULA, 1964).

Consequentemente, é condição essencial para o sucesso da contrainsurgência, que a população se perceba segura. Essa percepção pode ser alcançada por meio de patrulhamento, pequenas operações, emboscadas e funcionamento de postos de controle durante 24 horas (GALULA, 1964).

O terceiro intento se materializa em realizar coleta de inteligência para apoiar operações subsequentes. Obter informações espontaneamente nesse momento, no entanto, é difícil e exige que o contrainsurgente forneça oportunidades de contribuição anônima por parte da população (GALULA, 1964).

Sob a perspectiva política, a tarefa do contrainsurgente é entender quais reformas são importantes à população e, em seguida, retransmiti-las aos superiores. Deverá, em seguida, aferir se as restruturações atenderam os anseios populares. A atuação do contrainsurgente deverá chegar, ainda, aos setores econômico, social, cultural e médico, a fim de sedimentar apoio e confiança (GALULA, 1964).

A aderência ao terceiro passo será tratada em ações em que o contrainsurgente restabeleceu autoridade, realizou controle da população, intensificou operações de inteligência e implementou medidas em outros campos, além do militar.

# 2.5.4 4º Passo: Destruir as organizações políticas insurgentes locais

De acordo com Galula (1964), a necessidade de erradicar os insurgentes da população é inequívoca. Existe, pois, demanda por operação dirigida, essencialmente contra suspeitos, cujas detenções deverão despertar percepção de solidariedade na população. Há, por isso, necessidade de que sejam executadas por elementos distintos do contrainsurgente, que, se agisse assim, poderia perder apoio da população (GALULA, 1964).

Os insurgentes, em estado de normalidade, seriam punidos de acordo com as leis. Isso, entretanto, demandaria em demasia os tribunais e superlotaria as cadeias. O autor sugere, em vez de julgamentos, a clemência como melhor opção. Não seria, no entanto, a concessão de anistia irrestrita. O insurgente, em vez disso, confessaria e, em seguida, assumiria o compromisso de atuar ao lado do contrainsurgente. Ainda que o insurgente

mentisse, o efeito positivo daqueles que honestamente se arrependeram seria maior, pois estabeleceria dilema em guerrilheiros por fazê-los questionar o real propósito da liberdade (GALULA, 1964).

A aderência ao quarto passo será identificada, a posteriori, em ações policiais que tenham levado à detenção, de forma sistemática, de um elevado número de insurgentes desarmados – seus agentes políticos. Além disso, será identificada também, na ocorrência de programas de anistia de Governo a insurgentes.

# 2.5.5 5º Passo: Constituir, mediante eleições, novas autarquias locais provisórias

As ações visavam, até aqui, expurgar da população a ameaça direta de insurgentes. Inicia-se, agora, a fase construtiva do programa do contrainsurgente, ainda com ênfase no esforço em obter apoio da população. Se o passo anterior foi bem-sucedido, a população não se recusará a cooperar. Haverá, no entanto, necessidade de retornar ao passo anterior se persistir a rejeição ao contrainsurgente, se a população ainda não estiver totalmente convencida da capacidade de vitória do contrainsurgente ou, ainda, em caso de demonstrar vinculação à causa insurgente (GALULA, 1964).

Galula (1964) afirma que para organizar a população na luta em favor do contrainsurgente, deve-se colocar os líderes locais em posições de responsabilidade e poder, a fim de evitar que a população os considere manipulados. Sugere-se, então, a convocação de eleições para escolher governo provisório, a fim de que emerjam líderes legítimos.

A aderência a esse passo suscita, pois, a condição primordial de realizar eleições para a escolha de líderes, bem como a premência em aferir indicadores que demonstrem indícios de que a população participa voluntariamente.

2.5.6 6º Passo: Testar as autoridades atribuindo-lhes tarefas e organizar unidades de autodefesa

Os resultados do trabalho do contrainsurgente em relação à população dependem da eficácia de líderes eleitos, que deverão intermediar a relação entre a população e o contrainsurgente após a saída dele para atuar em outra região. Galula (1964) defende que esses líderes devem ser avaliados em outras frentes de atuação, durante a fase de execução de tarefas, que também auxiliarão na obtenção de apoio da população, como a execução de projetos sociais e a arrecadação de recursos voluntários as unidades de autodefesa.

Um indicador de que esse passo está sendo cumprido é quando a própria população realiza propaganda em favor do contrainsurgente e, dessa maneira, contribui espontaneamente com dados de inteligência e em atividades de autodefesa (GALULA, 1964).

A adesão ao sexto passo dependerá, essencialmente, da realização de eleições, inerentes ao passo anterior, bem como da formulação de indicadores que afiram se o líder eleito realiza, de fato, compromissos com o segmento social. Essa aferição, por sua vez, indicará também a cooperação voluntária e a formação de unidades civis de autodefesa.

# 2.5.7 7º Passo: Agrupar e educar líderes em um movimento político nacional

Segundo Galula (1964), à medida que os trabalhos avançam, naturalmente os líderes testados ocuparão postos e eventualmente se organizarão em torno de um partido político contrainsurgente. Um líder local somente é capaz de influenciar o segmento respectivo, notadamente em temas administrativos. Essa atuação não é suficiente, uma vez que ele ainda não é apoiado por uma máquina política sólida. Deverá, pois, filiar-se a um partido e ampliar influências.

Por ser organização fundamental, será apenas por meio do partido político que qualquer um dos lados da guerra revolucionária representará interesses em escala nacional. O contrainsurgente, por sua vez, deverá conquistar a condição de utilizar esse instrumento a fim de implementar sua missão (GALULA, 1964).

Durante a análise, a aderência ao sétimo passo depende de realização de eleições inerentes ao quinto, assim como de filiação e organização de líderes em determinado partido político.

# 2.5.8 8º Passo: Conquistar ou suprimir os últimos remanescentes insurgentes

Embora os últimos passos se concentrem em tarefas destinadas a conquistar o apoio da população, as ações militares permanecem imprescindíveis. Objetiva-se, pois, localizar guerrilheiros após as operações executadas no primeiro passo. Segundo Galula (1964), provavelmente, esses remanescentes são os mais bem preparados e adaptados, e, por isso, não poderão ser negligenciados, diante da ameaça de retomar o controle da população, em caso de retirada de forças do contrainsurgente. Essa previsão justifica o emprego de operações completas, que explicitarão a determinação do Estado em promover benefícios institucionais à população.

A inexpressiva atividade da insurgência nesse momento provoca, naturalmente, diminuição na oferta de dados de inteligência. Há necessidade, então, de esforço militar, como ocorreu no primeiro passo, para cobrir toda a região e localizar remanescentes. Dessa vez, no entanto, as operações poderão contar com a participação ativa da população. Haverá, além disso, intensa ofensiva psicológica contra a guerrilha, que incluirá propostas de anistias, assim como ocorreu no passo quatro (GALULA, 1964).

Posteriormente, no capítulo em que será realizada a análise, serão consideradas ações aderentes ao oitavo passo, aquelas em que houve emprego de grande efetivo militar, após a diminuição de atividades de insurgência. Registra-se, nessas ocasiões, a participação de civis armados em ações para localizar remanescentes, e o oferecimento sistemático de anistias.

A teoria de Galula é prescrita para situações em que a população já se encontra sob controle do insurgente. A hipótese não prevê, então, situações de enfretamentos preventivos ao surgimento do conflito. Depreende-se, por conseguinte, que todos os passos almejam conquistar apoio da população e impedir o acesso de guerrilheiros a ela.

A importância de eleger a população como elemento central da estratégia, conduz, pois, o contrainsurgente a agir de forma mais abrangente, e não apenas militar, e, ainda, atender demandas sociais, políticas e econômicas. As Forças Armadas, assim, são apenas um dos meios necessários para operar em guerra de contrainsurgência e, por isso, na maioria dos passos da teoria descrita, atua de modo coadjuvante.

Apesar do zeitgeist<sup>4</sup>, quando da confecção do livro contemplar período de lutas de autodeterminação contra potências coloniais e movimentos comunistas revolucionários, a forma como o conteúdo foi apresentado por Galula é adaptável aos conflitos insurgentes do século XXI<sup>5</sup>, de raízes étnicas ou religiosas. Razão esta que fez com que, em 2006, os EUA elaborassem um manual de contrainsurgência tomando por base a teoria de Galula.

A seguir, no próximo capítulo, será apresentada a insurgência do Boko Haram na Nigéria para permitir, posteriormente, realizar a comparação.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Conceito da filosofia alemã que significa "espírito da época". Sendo assim, é o conjunto intelectual, cultural, social e político do mundo em uma determinada época, isto significa que são as características que marcam um determinado momento do mundo (WIENER, 1973, p. 546).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> As insurgências no Iraque e Afeganistão são exemplos de conflitos do século XXI de raízes étnicas-religiosas (FOREST, 2007, p. 20).

# 3 A INSURGÊNCIA DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA

O capítulo apresenta a insurgência do Boko Haram<sup>6</sup> na Nigéria, desde a história do seu surgimento até o ano de 2017. Objetiva-se, assim, identificar as reações do estado Nigeriano, a fim de que, a seguir, no próximo capítulo, seja possível analisar se as ações do contrainsurgente associam-se aos passos propostos pelo referido teórico.

Divide-se, para isso, o capítulo em cinco subitens. No primeiro, serão apresentadas as raízes históricas do Boko Haram; no segundo, menciona-se o ano de 2009, como um ponto de inflexão no movimento; no terceiro, discorre-se sobre o estabelecimento da Joint Task Force; no quarto, aborda-se sobre a decretação dos Estados de Emergência; e, por fim, no quinto, revela-se como foi a abordagem mais holística do Estado Nigeriano.

## 3.1 O SURGIMENTO DO BOKO HARAM

O conhecimento de antecedentes históricos é essencial para entender o desenrolar de conflitos. Apresentam-se, aqui, resumidamente, raízes históricas do surgimento do Boko Haram. Esse relato auxiliará, portanto, a compreender a ideologia e as consequências de o movimento ter eclodido em determinada região da Nigéria.

Em 1804, o pregador Fodio (1754-1817) introduziu o islã na Nigéria. O missionário propagou a religião ao norte do país ao conclamar uma guerra santa. Até o século XIX, o norte da Nigéria foi dominado por cidades-estados e reinos cujos líderes eram em grande parte oriundos do grupo étnico Hausa.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Boko Haram significa: A educação ocidental é pecaminosa. Porém, seus componentes preferem chamar de *Jama'atu Ashlissunnah Liddaawati wal Jihad*, que significa: Pessoas Comprometidas com a Propagação dos Ensinamentos do Profeta e Jihad (COMOLLI, 2015).

Fodio e os seguidores utilizaram a religião como instrumento para afirmar a supremacia étnica Fulani (FIG. 1) sobre os Hausa. Ele atraiu, então, uma população formada por camponeses, comerciantes e não muçulmanos contrários aos reis despóticos, que cobravam tributação elevada, oprimiam camponeses, escravizavam muçulmanos, proibiam a prática de cultos e eram contrários à lei da sharia<sup>7</sup> (COMOLLI, 2015).

Os reis, portanto, tornaram-se alvos legítimos da jihad<sup>8</sup>. Essa realidade culminou, em 1808, com a execução do rei Yunfa (?-1808) por Fodio, que se tornou o primeiro sultão do Califado de Sokoto (FIG. 2), cujos ensinamentos ainda servem de inspiração ideológica para o Boko Haram. O Califa de Sokoto, então, apesar de não possuir, atualmente, poder político formal, continua a exercer influência na sociedade nigeriana (COMOLLI, 2015).

A recusa a valores, educação e estilo de vida ocidentais praticada pelo norte da Nigéria provocou isolamento e diferenças em relação ao sul, região, por sua vez, que registra maior desenvolvimento educacional. À época da independência, em 1960, havia tão poucos nigerianos nortistas graduados, que a maioria dos cargos foram ocupados por aqueles que residiam ao sul, de maioria cristã. Essa realidade provocou apreensão à aristocracia do norte, por uma possível ameaça ao seu modo de vida tradicional, sentimento que persiste até hoje, razão, a propósito, da maioria dos conflitos inter-religiosos e interétnicos (COMOLLI, 2015).

Conforme Comolli (2015), esse cenário contribuiu para a organização de diversos grupos islâmicos radicais no norte da Nigéria. Esses grupos, em comum, rejeitavam valores ocidentais e as críticas às lideranças corruptas, injustas e incapazes de resolver os problemas socioeconômicos.

Sharia: conjunto das leis islâmicas que se pauta no Alcorão e nos ensinamentos de Maomé, servindo como uma espécie de guia para a vida de qualquer muçulmano (FERREIRA, 2018, p. 553).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Jihad: guerra santa muçulmana; luta armada contra os inimigos do Islã; Dever religioso dos islâmicos de defender o Islã de todas as maneiras, inclusive pela luta armada (FERREIRA, 2018, p. 312.).

A má utilização da riqueza nacional tem sido uma fonte de conflitos no desenvolvimento de países em todo o mundo. Por exemplo, a Nigéria teve um aumento constante em seu Produto Interno Bruto (PIB) de 2004 a 2011. No entanto, o percentual de sua população vivendo com menos de um dólar por dia aumentou de 54,4% para 69% no mesmo período (WILLIAM, 2013, p. 16, tradução nossa).<sup>9</sup>

Destaca-se, aqui, que a força da ideologia do movimento do Boko Haram não se propaga apenas por insatisfação local e temporária. Essa prevalência advém de raízes históricas de um período no qual nações distintas – uma ao Norte e outra ao Sul – conviviam em um mesmo Estado.

De acordo com as forças nigerianas de segurança, as origens do Boko Haram remontam a 1995, na Universidade de Maiduguri, no estado do Borno, quando o movimento islâmico conservador não violento denominado *Ahlulsunna wal'jama'ah hijra*<sup>10</sup> foi criado por Abubakar Lawan (1973-). Em 2002, quando deixou a Nigéria para estudar em Meca, Mohamed Yusuf (1970-2009) se tornou líder da seita e ordenou a primeira onda de violência, registrada no Natal de 2003, no estado de Yobe, quando incitou ataques a prédios públicos e delegacias de polícia (FIG. 3) (COMOLLI, 2015).

Em 2004, o movimento estabeleceu a base chamada de Talibã em Kanama, cidade localizada ao norte do estado de Yobe, próximo à fronteira da Nigéria com o Niger. Esse acontecimento provocou preocupação e despertou a atenção do Estado nigeriano. Ainda em 2004, vários alunos matriculados no ensino superior, na cidade de Maiduguri, abandonaram os estudos e aderiram ao movimento. Em setembro, novamente, o Boko Haram realizou ataques contra delegacias, matando diversos policiais e roubando armas. Em resposta, o Governo Federal empregou um destacamento militar, que resultou na morte de 28

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> No original: "Poor utilization of national wealth has been a source of conflicts in developing countries worldwide. For example, Nigeria had a steady increase in its Gross Domestic Product (GDP) from 2004 to 2011. Nevertheless, the percentage of its population living on less than one dollar a day increased from 54.4 percent to 69 percent in the same period".

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Organização da Juventude Muçulmana (COMOLLI, 2015).

integrantes do movimento. Os insurgentes, diante dessa derrota, mantiveram-se escondidos, praticamente inativos, até 2007 (COMOLLI, 2015).

Detecta-se, desse modo, tal qual citado no segundo capítulo, a denominada **Guerra Revolucionária Quente** de David Galula; pois, após a deflagração de atividades violentas do Boko Haram, o Estado nigeriano se viu obrigado a intervir.

No período de aparente tranquilidade, entre 2004 e 2007, o Boko Haram reforçou a ideologia, atraiu recursos e impulsionou o recrutamento, por meio de pregações e incentivos sociais, como financiamentos para abertura de pequenos negócios. Essas ações significaram aumento de popularidade do movimento, transformando Yusuf de um simples pregador a um provedor. Esse prestígio fez com que os governadores dos estados de Yobe e Borno procurassem Yusuf em busca de apoio político (COMOLLI, 2015).

Reitere-se, pois, conforme comentado no segundo capítulo, em que David Galula defende que a insurgência, habitualmente, procura fortalecer a ideologia durante **Guerra Revolucionária Fria**. Percebe-se, no entanto, no parágrafo anterior, que após um revés, o Boko Haram buscou consolidar a ideologia após o início da **Guerra Revolucionária Quente** e, dessa maneira, conquistou apoio da população e de políticos influentes.

# 3.2 2009, O PONTO DE INFLEXÃO

Apesar de o movimento já ter empregado violência anteriormente a 2009, os ataques limitavam-se aos estados de Borno e Yobe. Após eventos que serão apresentados, entretanto, o movimento se tornou ainda mais violento, alcançando outras regiões do país.

Em 11 de junho de 2009, durante uma procissão do Boko Haram para enterrar um de seus integrantes, houve confronto com a polícia, resultando em 17 feridos do movimento. Yusuf, em resposta, declarou que haveria represália. A Nigéria, diante da ameaça, nas

semanas seguintes, deteve integrantes do grupo, recuperou armamentos e explosivos e expôs os capturados em desfiles das Forças de Segurança. Logo em seguida, a violência do Boko Haram se espalhou pelos estados de Borno, Kano, Katsina e Yobe (FIG. 4), ocasionando centenas de vítimas após ataques a delegacias e prédios do governo (COMOLLI, 2015).

A Nigéria, em resposta, não poupou esforços para identificar, deter e processar participantes do grupo, inclusive em estados sem registros de violência. Houve também o emprego de um destacamento do *Army's 3rd Armoured Division*<sup>11</sup> apoiados por policiais em Maiduguri. Esse contingente foi responsável por destruir o quartel-general do Boko Haram e recuperar o controle de algumas regiões. Esse conflito que durou três dias, chamado de Batalha de Maiduguri, resultou no refúgio de milhares de civis, na morte de centenas de insurgentes e na detenção de vários integrantes, como o próprio líder Mohamed Yusuf July e o vice Abubakar Shekau (1965-2021) (COMOLLI, 2015).

Com a morte, fuga e prisão de participantes e o assassinato de Yusuf, logo após ter sido capturado e interrogado, as autoridades acreditavam na extinção definitiva do grupo. As diversas violações de direitos humanos, no entanto, e principalmente a morte do líder à revelia da justiça, provocaram desejo de vingança, além de propiciar a ascensão de um novo líder – Abubakar Shekau – que modificou a essência do movimento, reorganizado em abril de 2010, com viés de atuação ainda mais extremado e violento (COMOLLI, 2015).

Omeni (2020) defende que as ações governamentais indiscriminadas durante a Batalha de Maiduguri produziram repercussões negativas, ao propiciar, por exemplo, com que muitos jovens se tornassem simpatizantes do grupo, facilitando a tarefa da insurgência de

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> 3ª Divisão Blindada do Exército (tradução nossa).

cooptá-los. O contrainsurgente, pois, apesar de, aparentemente, ter obtido sucesso operacional, incorreu em fracasso estratégico, ao incitar apoio da população ao Boko Haram.

Depreende-se, aqui, pela segunda vez, que o Estado nigeriano, após o emprego da 3ª Divisão Blindada do Exército – uma unidade móvel – contra o Boko Haram acreditou que havia conseguido extinguir o movimento. Essa reação, contudo, reacendeu a insurgência em versão ainda mais extremada por ser movida por desejo de vingança. As ações sob a liderança de Shekau foram marcantes, e, assim, tornaram o grupo conhecido mundialmente. Além disso, os métodos empregados eram semelhantes a grupos terroristas mais extremados.

Abubakar Shekau era conhecido por disseminar crenças mais extremadas se comparado ao antecessor. Pode-se confirmar esse perfil após a morte de mais de 180 pessoas, em Kano, em janeiro de 2012, quando confessou: "Gosto de matar qualquer um que Deus me manda matar, do jeito que gosto de matar galinhas e carneiros". Outra mudança fundamental introduzida pela era Shekau foi a tentativa de vincular o grupo, talvez mais retoricamente do que em termos práticos, à luta de grupos jihadistas (COMOLLI, 2015, p. 61).

Shekau, assim como Yusuf, também refutava a democracia, que, somada ao fundamentalismo religioso, continuavam definindo a direção do movimento. A democracia, a propósito, era percebida como imposição estrangeira e um desafio à soberania de Deus. Em 2011, em meio a esse contexto, ocorreram ataques a alvos ligados ao setor político (COMOLLI, 2015).

Em rejeição a tudo aquilo que vinha do ocidente, além de delegacias de polícia e quartéis, se tornaram alvos igualmente: escolas, que eram acusadas de disseminar educação ocidental, bares, mercados, hospitais, igrejas, mesquitas; clérigos muçulmanos, que ousavam criticar a seita, chefes de aldeias locais e cidadãos comuns (COMOLLI, 2015).

Outra característica da era Shekau foi a ampliação da região alvo de ataques, que, assim, passou a incluir a área central do país. Diante dessa nova onda de violência, o presidente, em dezembro de 2011, declarou Estado de Emergência em algumas regiões (COMOLLI, 2015).

As táticas do Boko Haram, após meados de 2011, começaram a incluir ataques suicidas, algo inesperado até então, e sequestros, principalmente de estrangeiros e mulheres, demonstrando conduta cada vez mais assimétrica de insurgência. Embora tenham atraído manchetes internacionais, essas atitudes foram reprovadas pela população, que reagiu, ampliando o apoio às forças de segurança (EME, 2021).

Infere-se, aqui, que a era Shekau, marcada por intenso emprego de ações terroristas, mudou a percepção tanto da Nigéria, quanto do mundo, acerca da periculosidade do Boko Haram. Deduz-se, além disso, que a eliminação do líder Yusuf não significou a resolução do problema; diferentemente disso, provocou aumento de ações violentas.

O Boko Haram justifica o emprego de violência exacerbada como resposta às insatisfações de bases históricas, religiosas, étnicas, sociais e econômicas. Verifica-se que essas motivações para criar o grupo, principalmente o extremismo religioso, fortaleceram a ideologia insurgente. Fundamentado no que foi mencionado no segundo capítulo – em que se afirma que as insurgências com base em ideologia forte não favorecem ações do contrainsurgente – infere-se que seria improvável a vitória da Nigéria na luta contra o grupo.

Depreende-se até aqui que as ações do Estado foram limitadas, quase que exclusivamente, a repressões violentas. Não existe, por conseguinte, tentativa de abordar o problema de forma mais abrangente como indica Galula em sua teoria. A seguir, portanto, revela-se com mais detalhes as ações que o contrainsurgente tomou na guerra contra o Boko Haram.

#### 3.3 O ESTABELECIMENTO DA JOINT TASK FORCE

A Nigéria, em resposta ao recrudescimento da violência sob Shekau, agiu de forma mais assertiva, ao empreender ações mais organizadas, utilizando outras expressões do poder<sup>12</sup>, além da militar. Destaca-se, pois, a seguir, quais foram essas medidas iniciais.

Em junho de 2011, a insegurança crescente atingiu o estado de Borno e outras regiões do nordeste da Nigéria. Essa situação provocou a criação da *Joint Task Force Operation Restore Order*<sup>13</sup> (JTF ORO). Essa força-tarefa foi instada a fornecer, além de resposta militar, repreenda institucional, como a organização de nova legislação e a concepção da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo que incluía programas de combate ao extremismo (COMOLLI, 2015).

Essa força-tarefa liderada pelo exército era composta pelo *Nigerian Air Force 79th*Composite Group<sup>14</sup>; pela Agência de Inteligência e pelo Serviço de Segurança do Estado, responsáveis pela coleta de informações; pelo Serviço de Alfândega, com responsabilidade por rastrear armas, artefatos explosivos improvisados (AEI) e outros bens ilegais; pela Força Policial e Serviço de Imigração, para monitoramento da circulação de pessoas; e pela 21ª Brigada Blindada do Exército, responsável por coordenar operações terrestres, incluindo unidades de contraterrorismo (COMOLLI, 2015).

Verifica-se que não havia na JTF ORO nenhum órgão ou entidade com a responsabilidade de resolver ou mitigar problemas sociais históricos – como a desigualdade econômica entre o norte e o sul do país – limitando-se apenas em interferir em consequências advindas de ações do Boko Haram.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Expressões do Poder Nacional: política, econômica, psicossocial, militar e científica/tecnológica (BRASIL, 2019)

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Força-Tarefa Conjunta de Operações Restauradoras da Ordem (tradução nossa).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> 79º Grupo Combinado da Força Aérea Nigeriana (tradução nossa).

Ocorreram, entretanto, por parte da JTF ORO, abusos de poder e assassinatos à revelia da lei que abalaram a credibilidade da operação e, consequentemente, provocaram efeito contrário, ao contribuir para o aumento de apoio ao Boko Haram (COMOLLI, 2015).

A operação no estado de Borno, com vasculhamento em residências, principalmente em Maiduguri, onde estava sediada a JTF ORO, resultou no deslocamento de insurgentes para Damaturo, capital do estado de Yobe. Posteriormente, no mesmo ano, foram estabelecidas bases operacionais permanentes da JTF ORO nos estados de Borno e Adamawa. Entre as principais dificuldades enfrentadas pela JTF ORO, estava a ineficiência na obtenção de dados de inteligência. Esse obstáculo acontecia em consequência da relutância da população em colaborar com as forças de segurança (COMOLLI, 2015).

Percebe-se uma alteração da postura da Nigéria com a criação da JTF ORO. O estabelecimento de bases operacionais permanentes favorece a aproximação das forças do Estado com a população e contribuem para a tarefa de isolamento do insurgente.

# 3.4 OS ESTADOS DE EMERGÊNCIA

A Nigéria adaptou a forma de combater a insurgência à medida que o conflito se desenvolvia. Diante da violência crescente, houve o emprego de medidas de estado de exceção, conforme observa-se a seguir.

Apesar da presença da JTF ORO, houve crescimento da violência culminando com a declaração do Estado de Emergência no dia 31 de dezembro de 2011. A medida, com duração prevista de seis meses em certas regiões dos estados de Borno e Yobe, foi uma resposta a vários ataques ocorridos no Natal. Havia permissão para deter suspeitos; confisco de propriedades; vasculhamento de quaisquer instalações; pagamento de indenização e

remuneração a pessoas afetadas pelo estado de exceção; imposição de toque de recolher e fechamento de fronteiras (COMOLLI, 2015).

A resposta do Boko Haram foi imediata. O grupo ordenou que cristãos domiciliados no norte e nordeste abandonassem as casas, e anunciou que estava pronto para enfrentar o governo. Os integrantes atacaram edifícios do governo, igrejas e vitimaram autoridades. Decorridos seis dias, as ações do Governo se mostraram incapazes de conter a onda de violência e o Senado decidiu por não o renovar. Apesar disso, permaneceram os ataques a tudo aquilo que simbolizava o mundo ocidental (COMOLLI, 2015).

Constata-se que, até este momento, a população ainda se encontrava sob julgo do insurgente, apesar das medidas de controle populacional e prisões efetuadas pelo Estado nigeriano.

Em abril de 2013, após o governo aceitar que a estratégia militar havia produzido resultados limitados, o presidente da Nigéria anunciou a criação de um Comitê de Anistia para avaliar a viabilidade de anistiar os insurgentes, que se seguiu a tentativas mais informais de engajar o Boko Haram em possível diálogo. Algumas dessas medidas, por sua vez, não funcionaram em razão de politização e de falta de recursos (COMOLLI, 2015).

Algumas autoridades nigerianas acreditavam que ao oferecer anistia, seria mais fácil extrair informações de inteligência para que fossem usadas no enfrentamento contra o núcleo mais extremado. Em consequência de a insurgência ser fundamentada em células, no entanto, seria improvável que os integrantes dispusessem de conhecimento além do necessário para cumprir tarefas específicas. Uma das exigências da insurgência, além disso, era que antes de iniciar as negociações, a JTF ORO deveria ser extinta, algo inviável, pois, diante do recrudescimento da insegurança na região nordeste e norte (COMOLLI, 2015).

Shekau afirmou, no entanto, que o Boko Haram não havia feito nada de errado e se havia alguém para ser anistiado, seria o próprio governo por atrocidades cometidas contra os muçulmanos. Diante dessa indefinição, mesmo aqueles a favor da anistia concordavam que o processo só seria bem-sucedido se o próprio Shekau participasse ativamente das negociações e, sobretudo, que o perdão fosse parte integrante de um programa maior, com ênfase em desenvolvimento e criação de empregos (COMOLLI, 2015).

Infere-se, aqui, que as ações do Estado nigeriano, notadamente para levantar dados de inteligência, eram dirigidas essencialmente a insurgentes detidos, situações em que se oferecia anistia como compensação. O modelo teórico de Galula, no entanto, também incluiu a população como meio de buscar informações que contribuiriam para fortalecer a luta do contrainsurgente.

A Nigéria, em busca de melhores condições para enfrentar o Boko Haram, mais uma vez empreendeu medida de exceção. Em 14 de maio de 2013 foi declarado Estado de Emergência em Borno, Yobe e Adamawa, especificamente em uma região de cerca de 155.000 quilômetros quadrados do Sahel, na fronteira com Camarões, Chade e Níger (FIG. 5). Essa medida coincidiu com aumento de efetivo de três mil militares, além de incremento de equipamentos e aeronaves (COMOLLI, 2015).

Autorizou-se, ainda, toque de recolher em Adamawa e delegou-se a militares a busca, prisão e detenção de suspeitos sem necessidade de ordem judicial. Essa decisão gerou reações negativas na população que já era simpatizante da insurgência (COMOLLI, 2015).

A ofensiva militar iniciou-se em 16 de maio no estado do Borno com ataques aos campos do Boko Haram e aumento de patrulhas ao longo das fronteiras, com emprego de aeronaves em operações. Decretou-se, ainda, a interrupção de redes de telefonia celular a fim de limitar a capacidade de coordenação da insurgência. A medida, no entanto, não foi bem-

sucedida no intuito de que cidadãos contrários ao movimento colaborassem com o contrainsurgente com informações sobre movimentações suspeitas (COMOLLI, 2015).

Essas ações dinâmicas empreendidas na tentativa de localizar, cercar, destruir ou capturar insurgentes associam-se, por sua vez, às atividades de unidades móveis referenciadas no modelo teórico apresentado no capítulo dois.

De acordo com relatos, Comolli (2015) afirmou que comboios de caminhões do Boko Haram foram observados enquanto escapavam da Nigéria para Camarões e Níger antes mesmo do dia 16 de maio. Relatou-se, ainda, a ocorrência de prisões de suspeitos de integrar o movimento. Existe a possibilidade, entretanto, de que a maioria dessas detenções tenham atingido pessoas inocentes. A explicação seria a de que grande parte da insurgência se refugiou em países fronteiriços. Essa evidência provocou temor maior na população pela JTF ORO do que pelo próprio Boko Haram.

Eme (2021) afirma que assim como aconteceu em 2009, a ofensiva ocorrida em 2013 aumentou exponencialmente os níveis de violência do conflito, pois o governo empurrou o Boko Haram para fora de sua principal base de operações, localizada em Maiduguri, região espiritual da insurgência, recrudescendo, dessa maneira, o sentimento de revanche.

As detenções realizadas à revelia, a propósito, incentivaram alguns jovens a criar grupos de vigilantes, autodenominados *Civilian Joint Task Force*<sup>15</sup>(CJTF). A finalidade foi identificar os integrantes do Boko Haram ocultos em meio à população, denunciá-los ao JTF ORO e realizar segurança da população. A força-tarefa, diante dessa iniciativa, começou a monitorar e apoiar os vigilantes, que ganharam papéis quase formais sob supervisão militar e encorajaram outros grupos semelhantes a tomarem a mesma atitude (COMOLLI, 2015).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Força-Tarefa Conjunta Civil (tradução nossa)

Bamidele (2020) afirma, entretanto, que a criação da CJTF aconteceu em consequência de constantes derrotas de militares em batalhas contra o Boko Haram. Essa realidade propiciou que os moradores do estado do Borno decidissem organizar o próprio grupo de voluntários como força de compensação suplementar. A CJTF, então, foi concebida com abordagem civil local de contrainsurgência e, em 2020, contava com quase 26.000 participantes. Eme (2021), no entanto, argumentou que a adesão de civis ao policiamento local das comunidades foi, preponderantemente, uma resposta à brutalidade do Boko Haram.

Verifica-se, que não há unanimidade sobre os motivos que levaram civis a se armarem na luta contra o Boko Haram. Infere-se também, que a criação da CJTF é um indício de que havia, pelo menos, uma minoria contrária ao grupo insurgente. Portanto, essa força civil poderia ser utilizada para intensificar os esforços da Nigéria contra o Boko Haram.

Em maio de 2013, a JTF ORO emitiu sinal de receptividade na discussão sobre concessão de possível anistia, ao libertar 58 pessoas, entre mulheres e crianças de Borno e Yobe, acusadas de ajudar os militantes. Comprometeu-se, além disso, em promover a reintegração na sociedade por meio de realocação de mulheres no mercado de trabalho e de distribuição de recompensas aos pais que mantivessem os filhos na escola (COMOLLI, 2015).

Apesar de esforços realizados em nome do cessar-fogo, a violência do Boko Haram seguiu com ataques a escolas e sequestro de meninas e cidadãos estrangeiros. Em agosto de 2013, o componente militar da JTF ORO foi substituído pelo recém-criado *Army 7th Infantry Division*<sup>16</sup>, com sede em Maiduguri. Em setembro, porém, o Boko Haram atacou o *Nigerian Air Force 79th Composite Group*, baseado no Aeroporto Internacional de Maiduguri. A

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> 7ª Divisão de Infantaria do Exército (tradução nossa).

operação destruiu diversas aeronaves utilizadas para atacar a insurgência, situação que justificou a prorrogação do Estado de Emergência por mais seis meses (COMOLLI, 2015).

As operações realizadas pela 7ª Divisão de Infantaria do Exército revelaram a dependência do Boko Haram às faixas de fronteira. E embora as ações de controle fronteiriço tenham aumentado, a violência não diminuiu. Diante disso, o *Senate Committee on Defence and Army*<sup>17</sup> emitiu nova Diretriz ao Chefe do Estado-Maior do Exército para que elaborasse outra estratégia e, ainda, que mobilizasse todos os recursos militares disponíveis para enfrentar o Boko Haram (COMOLLI, 2015).

A extensa fronteira entre os estados nigerianos atingidos pela insurgência e os países vizinhos dificultam ações para localizar e cercar o inimigo, pois as condições geográficas possibilitam fugas para outros países. Consequentemente, existe a possibilidade de que, após algum período, os guerrilheiros retornem por essas fronteiras permeáveis.

Apesar de o contrainsurgente ter conseguido algum êxito em destruir esconderijos do Boko Haram, além de eliminar e deter diversos insurgentes, as ações terroristas do grupo não cessaram, culminando, em abril de 2014, no sequestro de mais de 200 alunas de um colégio em Chibok, no estado de Borno. Houve comoção em alguns países. Reino Unido, EUA, Canadá, França, China e Israel ofereceram apoio por meio de conselheiros militares, especialistas, serviços de inteligência e aeronaves de vigilância (COMOLLI, 2015).

Percebe-se, diante das ações do Estado nigeriano até 2014, que as atividades que buscavam maior apoio da população eram limitadas à segurança e a programas assistencialistas, destinados apenas aos próprios insurgentes que estavam arrependidos de participar. As ações, portanto, objetivam somente a solução de consequências do conflito e

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Comitê de Defesa e Exército do Senado (tradução nossa).

não as causas. É essencial obter apoio da população a fim de executar com êxito os passos do modelo teórico apresentado. A resposta do governo, a seguir, entretanto, revelou-se contraproducente diante de diversas violações aos direitos humanos cometidas por agentes do Estado.

Comolli (2015) reitera que acusações de abusos a direitos humanos praticados por forças de segurança, como execuções sumárias, saques, assédios e estupros prejudicaram a percepção da população e abalaram a frágil relação entre autoridades e cidadãos. Destaquese, além disso, a lentidão de processos judiciais. Em muitas situações, inocentes, acusados de participar da insurgência, permaneciam detidos, preventivamente, por até três anos. A população, portanto, colocou em dúvida a polícia e o sistema judiciário (COMOLLI, 2015).

A Nigéria, por sua vez, tomou decisões para enfrentar a insurgência de forma mais abrangente e não somente pela expressão militar do poder, como será apresentado no subitem a seguir.

## 3.5 ABORDAGEM HOLÍSTICA

O modelo teórico apresentado demonstrou que a população é o objetivo principal do contrainsurgente. Para conquistá-la, porém, é necessário empregar ações políticas, econômicas e sociais, tal qual se observa, a seguir, em ações implementadas na Nigéria.

Na contramão das violações cometidas, o Governo da Nigéria, por meio da Lei de Prevenção ao Terrorismo, de 2011, concedeu ao *Office of the National Security Adviser*<sup>18</sup> (ONSA) a responsabilidade de coordenar atividades de combate ao terrorismo, que resultou em proposta de abordagens mais comedidas (COMOLLI, 2015).

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Escritório de Assessoria de Segurança Nacional (tradução nossa)

O programa, apresentado em 2014, previa ações de estratégia preventiva, por meio de envolvimento da comunidade e de construção de resiliência social, a fim de combater perspectivas extremistas. As propostas incluíam treinamento em comunicação estratégica a forças de segurança, treinamento de mídia a repórteres e profissionais de relações públicas, enfrentamento à pobreza e revitalização da economia em estados afetados (COMOLLI, 2015).

O Estado nigeriano, naquele momento, compreendeu as causas que originaram o conflito. Decidiu, portanto, enfrentá-las e não mais apenas combater a insurgência em si, que era apenas consequência.

A Nigéria também recebeu ajuda internacional com ênfase na solução de causas da insurgência, como o *Nigeria Stability and Reconciliation Programme*<sup>19</sup> (NSRP), implementado pelo Reino Unido, que identificou os principais fatores econômicos que impulsionavam o movimento, incluindo os relacionados à falta de oportunidades de emprego para os jovens e à distribuição desigual de renda (COMOLLI, 2015).

A expansão massiva do Boko Haram, entretanto, entre 2014 e 2015, demandou esforço estatal para conter a insurgência, de acordo com a *UN Global Counter-Terrorism Strategy*<sup>20</sup> da ONU, que recomenda abordagem holística e inclusiva de contraterrorismo. Chade, Camarões e Níger, outros países ameaçados, decidiram cooperar com o governo nigeriano a fim de impedir que o movimento rompesse fronteiras (EME, 2021).

Em 30 de julho de 2015, deliberaram, pois, a implantação da *Multi-National Joint Task Force* (MNJTF)<sup>21</sup>, com sede no Chade, para fortalecer o enfrentamento ao Boko Haram. Ainda em 2015, o presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari (1942-), por sua vez, afirmou que havia derrotado tecnicamente o Boko Haram, pois o grupo não poderia mais executar

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Programa de Estabilidade e Reconciliação da Nigéria (tradução nossa).

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Estratégia Global de Combate ao Terrorismo (tradução nossa).

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Força-tarefa Conjunta Multinacional (tradução nossa).

ataques convencionais contra forças de segurança ou centros populacionais, deixando, assim, de ser um grupo insurgente para se tornar apenas um movimento terrorista (EME, 2021).

Omeni (2020) confirmou que o aumento no número de destacamentos militares, a partir de 2015, totalizando sete Divisões de Exército, contribuiu para diminuir a atividade insurgente quando comparada ao biênio 2013-2014. As Forças-Tarefas nível Brigada dessas Divisões se estabeleceram como forças estáticas. Elas foram distribuídas em diversos locais e se consolidaram como um recurso permanente de segurança por promover interação com a população e receber apoio de integrantes do CJTF (FIG. 6).

Estabeleceu-se, em 2017, um *Army's Mobile Strike* Teams<sup>22</sup> (MSTs) com o propósito de oferecer resposta rápida em qualquer região do país a qualquer nova ameaça do Boko Haram, bem como a outros grupos insurgentes dotados de potencial para desencadear hostilidades (OMENI, 2020).

A distribuição de tropas estáticas em diversas cidades contribuiu para o provimento da segurança e favoreceu o contato mais próximo com a população. Registra-se também, que a cooperação ativa dos cidadãos, por sua vez, propiciou a diminuição de pressões do insurgente.

Ainda em 2017, como parte da Operação *Safe Corridor*<sup>23</sup> do Exército nigeriano, exguerrilheiros arrependidos do Boko Haram foram integrados a um programa de desradicalização por 16 semanas. O objetivo do projeto é reabilitá-los, reinseri-los no convívio

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Equipes de Ataque Móvel (tradução nossa): São tropas altamente móveis, com elevada capacidade de comando e controle, com ampla utilização de drones e Forças Especiais com capacidade de atravessar terrenos acidentados, de cobrir grandes distâncias, de perseguir insurgentes nas profundezas da floresta, destruir acampamentos e depósitos logísticos. Ou seja, uma força de combate adequada para perseguir, defender e enfrentar ameaças móveis. (OMENI, 2020. p. 233).

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Operação Corredor Seguro (tradução nossa).

familiar e capacitá-los em uma profissão, com o propósito de que gerem renda suficiente, além de os afastarem da insurgência (OMENI, 2020).

Omeni (2020) considera que a inovadora MSTs forneceu mobilidade, rapidez e potência necessárias para enfrentar ameaça fluida como a insurgência. Essas características permitiram, por sua vez, que as forças armadas nigerianas pudessem agir em ritmo veloz e empregar as tropas com celeridade em locais onde houvesse a ameaça do Boko Haram.

Desde 2017, a capacidade do Boko Haram de desferir ataques em larga escala e, logo depois, aparentemente, de desaparecer, foi reduzida em consequência dos MSTs e do efeito multiplicador proveniente de mobilidade elevada. Percebe-se, no entanto, que a insurgência resistia e, por conseguinte, a missão do contrainsurgente, de destruir o Boko Haram, igualmente permanecia (OMENI, 2020).

Infere-se que os MSTs foram fundamentais para o Estado fazer frente à fluidez inerente à uma insurgência, como o Boko Haram. A mobilidade adquirida com essa nova força facilitou a perseguição contra os insurgentes. Não seria mais uma tarefa fácil desaparecer logo após a execução de ataques contra pessoas e instituições.

Apesar de uma maior eficiência do Estado, o Boko Haram, ao final de 2017, ainda persistia. Essa resiliência, característica da insurgência, aliada à ideologia e à facilidade de refugiar-se em países fronteiriços, a despeito de operações multinacionais, favoreceu o retorno de insurgentes. Essa realidade, por sua vez, obrigou a Nigéria a manter em alta intensidade, operações contra o Boko Haram.

A seguir, apresentar-se-á uma comparação entre a realidade e a teoria a fim de alcançar o propósito deste trabalho.

# 4 COMPARAÇÃO

No capítulo dois, foram selecionados os principais aspectos da teoria de David Galula, bem como a estratégia de contrainsurgência. Posteriormente, no capítulo três, discorreu-se sobre o conflito na Nigéria e como transcorreram-se as ações do Estado contra o Boko Haram. Neste capítulo, realizar-se-á uma comparação entre a resposta da Nigéria e a estratégia dos oito passos de David Galula, a fim de identificar se há aderência entre a realidade e a teoria.

# 4.1 A IDENTIFICAÇÃO DOS DOIS PRIMEIROS PASSOS

Conforme observou-se no capítulo teórico, nos dois primeiros passos da estratégia de David Galula, há emprego contundente de forças estatais contra insurgentes armados, seguido do estabelecimento de unidades estáticas por diversas áreas que contribuíram para estreitar o contato com a população.

No período entre a primeira reação do Estado, em 2004, e a criação da JTF ORO, em 2011, a Nigéria executou ações militares para expulsar insurgentes. Não houve, entretanto, a distribuição em setores de responsabilidade que permitiria o estabelecimento de unidades estáticas e contribuiria com o impedimento do retorno dos insurgentes. Comprova-se, assim, parcialmente, aderência entre as ações do Estado nigeriano e o primeiro passo da estratégia de contrainsurgência de Galula.

Após a criação da JTF ORO, foi executada uma grande operação de vasculhamento que expulsou os insurgentes. Posteriormente, foram estabelecidas bases operacionais. Inferese que houve não só aderência plena ao primeiro passo, mas também ao segundo, prescrito no modelo teórico apresentado. As unidades estáticas, no entanto, como será observado a

seguir, não forneceram adequadamente proteção necessária à população, tal qual prescreve a teoria apresentada.

# 4.2 A IDENTIFICAÇÃO DO TERCEIRO PASSO

No terceiro passo da estratégia de David Galula ocorrem ações de restabelecimento da autoridade. Entre elas, destacam-se a realização de controle populacional, a intensificação de operações de inteligência e a implementação de medidas em outros campos, além do militar.

Infere-se, em 2013, que a luta do Estado nigeriano contra o Boko Haram ainda dispunha de características de aderência aos dois primeiros passos do modelo teórico apresentado. O enfrentamento envolvia grandes operações militares para destruir ou expulsar integrantes da insurgência ou mesmo evitar o retorno dela. Identificam-se, ainda, ações de controle populacional, como a interrupção de redes de telefonia celular, devidamente aderentes às características do terceiro passo de Galula.

Uma vez que foram cumpridos objetivos de realizar o controle da população e aumentar as atividades que contribuem para levantar dados de inteligência. Induz-se, diante das ações desenvolvidas, que houve aderência parcial ao terceiro passo do modelo teórico apresentado. O restabelecimento da autoridade do contrainsurgente, no entanto, foi incompleto, em consequência da persistência de controle do insurgente sobre a população e, ainda, do aumento de violência do Boko Haram.

Constata-se que o insucesso até aqui não se deve apenas à falta de aderência plena aos três primeiros passos do modelo teórico apresentado, mas, sim, fundamentalmente, à ausência de apoio da população, que ainda se encontrava sob o julgo do insurgente.

# 4.3 A IDENTIFICAÇÃO DO QUARTO PASSO

O quarto passo da estratégia de David Galula é composto por ações policiais que detenham, de forma sistemática, elevado número de insurgentes. Além disso, também, consta da ocorrência de programas de anistia a insurgentes.

Ainda em 2013, enquanto a Nigéria empreendia ações aderentes aos três primeiros passos, infere-se que, ao realizar detenções em massa e oferecer anistias, houve aderência parcial ao quarto passo do modelo teórico, uma vez que as ações foram executadas por forças militares e não por policiais, indo de encontro ao apresentado por David Galula.

# 4.4 A IDENTIFICAÇÃO DO SEXTO PASSO

Conforme o sexto passo da teoria de David Galula, após as eleições do quinto passo, os líderes escolhidos são testados em diversas tarefas e seus resultados são aferidos. Essa aferição, por sua vez, indicará também a cooperação voluntária e a formação de unidades civis de autodefesa.

Depreende-se aderência parcial ao sexto passo do modelo teórico, uma vez que não houve pleito para constituição de novos líderes e, consequentemente, não existiu o teste deles por meio de tarefas sociais. A criação voluntária da CJTF, em 2013, por sua vez, indicada para cooperar com o contrainsurgente e a arregimentação de voluntários para compor unidades de autodefesa locais aderem ao sexto passo do modelo teórico apresentado.

## 4.5 A IDENTIFICAÇÃO DO OITAVO PASSO

Durante o oitavo passo de David Galula, há um emprego de grandes operações, como ocorrem nos dois primeiros passos, mas desta vez, utilizando o apoio de civis armados

em ações para localizar insurgentes remanescentes. Registra-se, também, novamente, o oferecimento sistemático de anistias.

Em 2014 foi apresentado pela Nigéria um programa de abordagem mais holística no trato das causas do surgimento do Boko Haram. O Estado, assim, empreendeu atitudes que contribuíram para o rompimento dos vínculos da população com o Boko Haram.

O estabelecimento de unidades estáticas permitiu contato mais estreito com a população, bem como propiciou a influência do insurgente. Outrossim, a presença de forças móveis de emprego rápido capazes de impedir incursões de insurgentes em qualquer parte do país, são características, pois, aderentes ao que foi descrito nos dois primeiros passos da teoria de David Galula, bem como as ações atinentes ao oitavo passo.

Deduz-se, com base na declaração do presidente nigeriano, em 2015, que a guerra contra o movimento foi vencida, aliada à concentração de meios militares apoiados por civis da CJTF nos estados atingidos pela insurgência, concomitantemente à existência de um programa sistemático de anistia, haver aderência ao momento em que o oitavo passo do modelo teórico apresentado pode ser implementado.

O emprego de elevado número de forças estáticas distribuídas em estados atingidos pelo Boko Haram, concomitantemente ao apoio de civis da CJTF, com utilização, em larga escala, das recém-criadas unidades móveis, denominadas de MSTs, além do oferecimento de anistias por meio do Programa *Safe Corridor* apresentam aderência, pois, ao oitavo passo do modelo teórico. Percebe-se, entretanto, que esse passo, em 2017, ainda se encontrava em fase de execução, pois o Boko Haram, até aquele momento, se fazia presente.

#### 4.6 OS PASSOS NÃO IDENTIFICADOS

Atesta-se, aqui, a análise de aderência dos passos do modelo teórico de Galula, precisamente os de número cinco e sete, para, em seguida, apresentar um quadro geral com o resumo de análises realizadas.

Não foram encontradas, durante a pesquisa, ações do Estado nigeriano para composição de novas lideranças, mediante eleições. Não houve, por isso, aderência ao quinto passo do modelo teórico apresentado.

Reitere-se que não foram detectadas ações aderentes ao sétimo passo, uma vez que não foram detectadas a organização de líderes, na região em conflito, vinculados a partidos políticos.

Apresenta-se, a seguir, um quadro-resumo do que foi pesquisado, após citar ações executadas pela Nigéria entre 2004 e 2017 e confrontá-las com o modelo teórico de Galula.

# 4.7 QUADRO-RESUMO DA ADERÊNCIA ENTRE AS AÇÕES DA NIGÉRIA E A TEORIA DE GALULA

Expõe-se, a seguir, com o propósito de sintetizar o resultado deste trabalho, um quadro relacionando aspectos do conflito com os oito passos da estratégia de contrainsurgência elaborada por David Galula.

Cada aspecto, será marcado com **sim** ou **não**, na terceira coluna intitulada **identificada aderência**, conforme a análise deste autor, em relação à aderência ao modelo teórico apresentado.

Em relação a última coluna do quadro, que relaciona o nível de aderência, cada passo será marcado com as designações: plena, parcial ou não detectada.

QUADRO 1

Aderência dos aspectos do conflito na Nigéria à estratégia de David Galula

Passo	Aspecto	Identificada aderência?	Nível de aderência
1º Passo	Emprego expressivo de forças estatais	Sim	Plena
	Distribuição de setores de responsabilidade	Sim	
2º Passo	Estabelecimento de Unidades Estáticas	Sim	Plena
3º Passo	Restabelecimento da autoridade pelo contrainsurgente	Não	
	Atividades de Controle da População	Sim	Parcial
	Aumento de operações de inteligência	Sim	
4º Passo	Detenção de elementos suspeitos por operações policiais	Não	
	Detenção sistemática e elevada de suspeitos	Sim	Parcial
	Programas de anistia do Governo a insurgentes	Sim	
5º Passo	Realização de eleições	Não	Não
	Escolha de líderes locais	Não	detectada
6º Passo	Atribuição de tarefas sociais a líderes eleitos	Não	
	Propaganda da população em favor do contrainsurgente	Não	Parcial
	Formação de unidades civis de autodefesa	Sim	
7º Passo	Organização de líderes em partidos políticos	Não	Não detectada
8º Passo	Diminuição de atividades de insurgência	Sim	
	Emprego de esforço militar	Sim	Plena
	Emprego de civis armados em ações	Sim	Pielid
	Oferecimento de anistias	Sim	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Registra-se aderência plena somente nos passos essencialmente militares – os de número um, dois e oito. Entretanto, nos demais passos, quando há maior envolvimento de outras expressões de poder, tampouco detectou-se aderência ou, se existiu, foi apenas parcial.

Galula (1964) afirmou que, preferencialmente, a ordem dos passos deveria ser seguida. A Nigéria, entretanto, por vezes, repetiu as ações que apresentam aderência aos dois primeiros passos do modelo teórico, enquanto já realizava atividades referentes a passos mais

avançados. Deduz-se, assim, que a ordem das ações obteve aderência parcial com aquela definida pelo modelo teórico.

Apresentam-se, no próximo capítulo, as conclusões do estudo sobre a comparação do modelo teórico de David Galula à reação da Nigéria ao movimento Boko Haram.

#### 5 CONCLUSÃO

Escolheu-se analisar a realidade histórica da Nigéria e as ações estratégicas desse Estado para enfrentar o grupo insurgente Boko Haram. O intuito foi compreender de que maneira, em pleno século XXI, um Estado, pertencente ao entorno estratégico brasileiro, utilizou expressões de poder para combater insurgência dentro de seu território. Priorizou-se, para isso, o modelo teórico de David Galula, fundamentalmente por ter sido a referência adotada pelos norte-americanos em sua doutrina contrainsurgente na mesma década do início do conflito analisado.

O propósito deste trabalho foi, portanto, responder se as ações do contrainsurgente na Nigéria foram aderentes à estratégia dos oito passos, desenvolvida no modelo teórico de David Galula. Conclui-se, dessa maneira, que houve aderência plena a três passos, de forma parcial a outros três e sem aderência em dois. Percebeu-se, ainda, que os dois primeiros passos, que aderiram plenamente, são previsíveis e intrínsecos quando há emprego de força militar em uma atividade típica para cercar e vasculhar. Infere-se, pois, que as ações da Nigéria não estabeleceram correlação com a estratégia dos passos de David Galula.

Depreendeu-se, então, que a dificuldade inicial do governo nigeriano em combater o grupo e restaurar a lei e a ordem deveu-se, provavelmente, à demora em enfrentar o problema de forma mais abrangente, conforme está previsto na doutrina de Galula. Destaque-se, sobremaneira, a relevância do estudo para a Marinha do Brasil, notadamente ao Corpo de Fuzileiros Navais, que possui doutrina sobre o assunto.

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo três de desenvolvimento.

Apresentou-se, no segundo capítulo, inicialmente, a carreira e as experiências de David Galula.

Demonstrou-se, a seguir, as principais definições e aspectos da teoria. Depreendeu-se, então, que as operações em uma guerra contra uma insurgência são centradas na população e não mais no inimigo ou no território. Abordou-se, também, que movimentos insurgentes de ideologia forte são difíceis de serem derrotados. Consolidou-se, ao fim do capítulo, na apresentação da estratégia contrainsurgente dos oito passos de David Galula.

Priorizou-se, no terceiro capítulo, a insurgência do Boko Haram, a fim de compreender as causas dessa organização, bem como o nível de preponderância de sua ideologia. Identificou-se, em seguida, o momento em que o Estado nigeriano percebeu a existência de um movimento insurgente em seu território, a fim de detectar a **Guerra Revolucionária Quente** de Galula, que se constitui em situação para qual a estratégia contrainsurgente de oito passos foi idealizada. Abordou-se, também, os dois principais líderes, a fim de compreender a evolução do *modus operandi*<sup>24</sup> do grupo insurgente. Apresentaramse, no final do capítulo, as ações mais assertivas e planejadas do Estado nigeriano, quando enfrentou o problema, não mais apenas pelo viés militar.

Abordou-se, no quarto capítulo, a comparação entre a Teoria de David Galula e as ações da Nigéria contra o Boko Haram, para analisar e identificar os pontos aderentes ao modelo teórico apresentado.

Constata-se, pois, após o confronto entre teoria e realidade, que nas ações identificadas do contrainsurgente não houve associação plena com a maioria dos passos do modelo teórico, principalmente em razão de a Nigéria ter priorizado ações assistencialistas sobre os insurgentes arrependidos, em vez de agir sobre a objetivo principal da doutrina de Galula, que é a população. O Estado, além disso, não utilizou a eleição de líderes locais para

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> *Modus operandi* é uma expressão em latim que significa: modo de operação. Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos. (OSHISANYA, 2015. p. 712).

possibilitar o combate contra o braço não armado do movimento insurgente. A avaliação final, sob esse fundamento, ratifica a ausência de aderência à teoria desenvolvida por David Galula.

Conclui-se o presente trabalho com a constatação de que ao adotar postura essencialmente militar no combate ao Boko Haram, sem priorizar a busca por apoio da população, a Nigéria, provavelmente, atrasou a solução do problema por quase uma década e, simultaneamente, propiciou espaço e condições para que a insurgência se fortalecesse.

Identifica-se, ademais, na preponderância da ideologia do insurgente outro fator, que pode ter dificultado a resposta do governo. Trata-se de doutrina cuja fonte remete a conflitos étnico-religiosos existentes desde o século XIX, que se amalgamou a descontentamentos causados principalmente por dificuldades socioeconômicas.

Evidenciou-se, ainda, que as ações de emprego legítimo da força pelo contrainsurgente devem ser críveis o suficiente para persuadir a população de sua capacidade. Esse emprego, no entanto, deve acontecer sem exageros e com cuidados devidos a fim de evitar efeitos contraproducentes, que significariam perder apoio de parte da população.

Destaque-se que, apesar de a maioria das ações não apresentar vinculação ao modelo teórico de Galula, o movimento perdeu força a partir de 2015, indicando que talvez haja outro tipo de estratégia capaz de resolver o problema, sem, contudo, invalidar a teoria estudada. Até 2017, entretanto, foram registradas ações violentas esporádicas. Isso indica que, provavelmente, a Nigéria enfrentará um longo caminho para pacificar o nordeste do país.

Não foi possível, neste trabalho, abordar as ações de guerra psicológica, amplamente tratadas em todos os oito passos da teoria de Galula. Sugere-se, assim, para estudos futuros, que seja analisado o emprego dessa ferramenta de guerra informacional no conflito interno da Nigéria contra o Boko Haram. Recomenda-se, também, a produção de estudos que consigam detectar em uma situação determinada de contrainsurgência, até

mesmo no caso do Boko Haram na Nigéria, os três passos que envolvem a constituição de autarquias locais provisórias, mediante eleições, dentro de uma região sob influência de um movimento insurgente.

Reitere-se, conclusivamente, que o trabalho destacou a relevância da teoria de contrainsurgência de David Galula, considerado por muitos autores, referência expressiva sobre o assunto. As operações centradas na população, por sua vez, poderão ser executadas pelo Corpo de Fuzileiros Navais, em território nacional ou em apoio a organismos internacionais no exterior. Sugere-se, assim, que a MB incentive militares a promover debates sobre o tema e que aprofundem pesquisas, inclusive com a participação de instituições vinculadas a outros ministérios. O objetivo é organizar e aperfeiçoar uma forma de resposta multidisciplinar e abrangente a uma guerra contra um insurgente.

# REFERÊNCIAS

BAMIDELE, Seun. **Sweat is invisible in the rain**: Civilian Joint Task Force and counter-insurgency in Borno State, Nigeria, 2020. Disponível em: <a href="https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pl/pdf-130867-60927?filename="sweat+is+invisible+in.pdf">https://securityanddefence.pdf</a>

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de abril de 2016**. Regulamenta o Disposto no Inciso Xliii do Art. 5º da Constituição Federal, Disciplinando O Terrorismo, Tratando de Disposições Investigatórias e Processuais e Reformulando O Conceito de Organização Terrorista; e Altera As Leis N º 7.960, de 21 de Dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de Agosto de 2013. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm</a>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Fundamentos do Poder Nacional**. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 2019. 164 p.

CENTANNI, Evan. **Nigeria Conflict Map**: Assault on Boko Haram. 2013. Disponível em: <a href="https://www.polgeonow.com/2013/05/nigeria-conflict-map-boko-haram.html">https://www.polgeonow.com/2013/05/nigeria-conflict-map-boko-haram.html</a>. Acesso em: 01 jun. 2022.

CIBRA, Vincenzo. **Social media and terrorist organizations**: observing success of recruitment through social media. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de College Of Sciences And In The Burnett Honors College, University Of Central Florida, Orlando, 2018. Disponível em: <a href="https://www.researchgate.net/publication/339438309\_social\_media\_and\_terrorist\_organizations\_observing\_success\_of\_recruitment\_through\_social\_media\_by\_vincenzo\_cibra>. Acesso em: 01 jun. 2022.

COMOLLI, Virginia. **Boko Haram: nigeria's islamist insurgency**. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 2015. 208 p.

EME, Okechukwu Innocent. Department Of Public Administration & Local Government University of Nigeria. **Combating Boko Haram Insurgency**: a human security strategy approach. A Human Security Strategy Approach. 2021. Disponível em: <a href="https://seahipaj.org/journals-ci/sept-2021/IJILPS/full/IJILPS-S-10-2021.pdf">https://seahipaj.org/journals-ci/sept-2021/IJILPS/full/IJILPS-S-10-2021.pdf</a>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2018. p. 312 - 553.

FOREST, James J.F.. Countering Terrorism and Insurgency in the 21st Century: international perspectives. Londres: Praeger, 2007. 3 v.

GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare**: Theory and Practice. New York and London: Frederick A. Praeger, Inc., 1964. 118 p.

MARLOWE, Ann. **David Galula**: His Life and Intellectual Context. 2010. Monografia (Instituto de Estudos Estratégicos) - U. S. Army War College, Carlisle, 2010. 73p.

OMENI, Akali. **Counter-insurgency in Nigeria**: The Military and Operations against Boko Haram, 2011–17. Abingdon, Oxon: Routledge. 2017. 300p.

OMENI, Akali. **Insurgency and War in Nigeria**: Regional Fracture and the Fight Against Boko Haram. London: I.B. Tauris. 2020. 270p.

OSHISANYA, 'lai Oshitokunbo. **An Almanac of Contemporary Judicial Restatements** (Civil Law) vol. ii: Almanac vol. ii. [S.I.]: Almanac Foundation. 2015. p. 712.

PORCH, D. **David Galula and the Revival of COIN in the US Military**. In: Gventer, C.W., Jones, D.M., Smith, M.L.R (eds) The New Counter-insurgency Era in Critical Perspective. Rethinking Political Violence series. Palgrave Macmillan, London, 2014. Disponível em: <a href="https://doi.org/10.1057/9781137336941">https://doi.org/10.1057/9781137336941</a> 10>. Acesso em 10 abr 2022.

QUILES, Carlos. Fulani from Cameroon show ancestry similar to Afroasiatic speakers from East Africa. 2019. Disponível em: https://indo-european.eu/2019/04/fulani-from-cameroon-show-ancestry-similar-to-afroasiatic-speakers-from-east-africa/. Acesso em: 11 maio 2023.

WEIDEL, M.; BROWN, L. Quincy. **Sokoto Caliphate**. 2017. Disponível em: <a href="https://slideplayer.com/slide/10862833/">https://slideplayer.com/slide/10862833/</a>. Acesso em: 11 maio 2022.

WIENER, PHILIP P. (Eua). **Dictionary of the History of Ideas**: studies of selected pivotal ideas. New York: Charles Scribner'S Sons, 1973. (Volume IV). p. 546.

WILLIAM, Maccuish. Military Culture and Counterinsurgency in the Twenty-First Century: defeating boko haram in nigeria. 2013. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Air Command And Staff College, Alabama, 2013. 49 p. Disponível em: <a href="https://www.hsdl.org/?view&did=811971">https://www.hsdl.org/?view&did=811971</a>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

# ANEXOS ANEXO A



FIGURA 1 – Território ocupado pela etnia Fulani.

Fonte: QUILES, 2019, p. 1.



FIGURA 2 – Califado de Sokoto Fonte: WEIDEL *et al.*, 2022, p. 1.

## **ANEXO B**

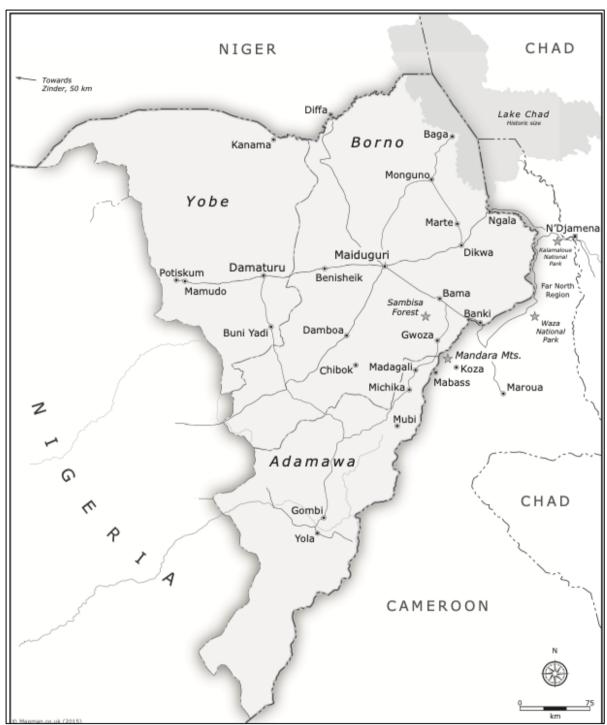


FIGURA 3 – Estados de Yobe, Borno e Adamawa

Fonte: COMOLLI, 2015, p. i.x.

#### **ANEXO C**



FIGURA 4 – Áreas na Nigéria onde o Boko Haram era mais ativo Fonte: CIBRA, 2018, p. 34.

## **ANEXO D**



FIGURA 5 – Situação do Boko Haram em 23 de maio de 2013 Fonte: CENTANNI, 2013, p. 1.

#### **ANEXO E**



FIGURA 6 – Força Militar no estado de Borno a partir de 2015.

Fonte: OMENI, 2017, p. 208.